

Reflexões críticas quanto às práticas de uso da linguagem no campo do jornalismo



Carlos Borges Júnior¹

Resumo: Este artigo discorre sobre diferentes sentidos para o uso da palavra crítica e, a partir da concepção de crítica enquanto processo de emancipação dos sujeitos (FREIRE, 2013; GIROUX, 2013), com vias ao empoderamento e às mudanças sociais (FAIRCLOUGH, 2008; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999), analisa práticas discursivas produzidas em uma notícia publicada no *site* da revista *Carta Capital*, em outubro de 2019. Para tanto, vale-se de fundamentos da Análise Crítica do Discurso (ACD), especificamente da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), com base em Fairclough (2008), considerando três dimensões: 1) análise do texto jornalístico publicado; 2) análise das práticas discursivas; 3) análise das práticas sociais de construção dos discursos. Os resultados apontam para práticas de usurpação do lugar discursivo do trabalhador, de valorização do discurso institucional e de silenciamento das fontes e do contraditório.
Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Práticas de Linguagem. Jornalismo.

¹ Professor da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Jornalismo pela mesma Universidade. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará. Atualmente, é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína-TO.

Reflexiones críticas sobre las prácticas de uso del lenguaje en el campo del periodismo

Resumen: Este artículo discute diferentes significados para el uso de la palabra crítica y, basado en el concepto de crítica como un proceso de emancipación de los sujetos (FREIRE, 2013; GIROUX, 2013), con caminos hacia el empoderamiento y los cambios sociales (FAIRCLOUGH, 2008; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999), analiza las prácticas discursivas producidas en una noticia publicada en el sitio web de la revista *Carta Capital*, en octubre de 2019. Para ello, utiliza los fundamentos del Análisis Crítico del Discurso (ACD), específicamente del Análisis del Discurso Textualmente Orientado (ADTO), basado en Fairclough (2008), considerando tres dimensiones: 1) análisis del texto periodístico publicado; 2) análisis de prácticas discursivas; 3) análisis de las prácticas sociales de construcción del discurso. Los resultados apuntan a prácticas de usurpación del lugar

discursivo del trabajador, de valorización del discurso institucional y de silenciar las fuentes y lo contradictorio.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso. Prácticas de Lenguaje. Periodismo.

Critical reflections on practices of language use in journalism

Abstract: This paper discusses different meanings for the word critical, conceiving critic as a process of emancipation (FREIRE, 2013; GIROUX, 2013) as means for empowerment and social change (FAIRCLOUGH, 2008; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999), analyses discursive practices produced in an article published on the website of the Carta Capital magazine in October 2019. The study is based on the Critical Discourse Analysis, specifically on the Textually Oriented Discourse Analysis (TODA), emphasizing the work developed by Fairclough, 2008; considering three dimensions: 1) analysis of published journalistic text; 2) analysis of discursive practices; 3) analysis of social practices of discourse construction. The results indicate usurpation practices towards the worker's discursive place, enhancement of institutional discourse, and silencing the sources and the contradictory.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Language Practices. Journalism.

1 Introdução

A palavra *crítica* é intersectada por diversos sentidos. O primeiro deles está associado à sua origem etimológica. Crítica vem do grego *kritikos*, que significa “capacitado para fazer julgamentos”; de *krinein*, é associado a “separar, decidir julgar”; relacionado à *krisis*, implica em “julgamento, seleção”; do indo-europeu – *krei*, significa “peneirar, discriminar, distinguir” (ORIGEM DA PALAVRA, 2019). Emmanuel Carneiro Leão afirma que “etimologicamente, crítica provém do verbo grego *krinein*, mas destaca que seu primeiro sentido é ‘separar para distinguir’ o que há de característico e constitutivo” (LEÃO, 1977, p. 164). O autor ressalta que “essa separação distinta se exerce, remontando à ordem dos fundamentos constituintes e, por isso, elevando-se a uma ordem superior, à originária” (LEÃO, 1977, p. 164).

Tais apontamentos podem levar à interpretação precipitada de que qualquer discussão associada/vinculada a uma perspectiva que

se autoproclame crítica seria a que melhor contemplaria determinada abordagem/leitura e/ou análise de um objeto de estudo. Essa premissa nem sempre se confirma, visto o enviesamento da análise produzida ou a baixa qualidade na interpretação dos dados. Por outro lado, também seria inviável pensar que uma abordagem *não crítica* e/ou que não se declara crítica estaria fadada a um descompromisso com seu objeto. Portanto, o que considerar no que se refere ao compromisso com a *crítica*?

Para discutir e problematizar essa questão, o artigo foi organizado em três seções. Na primeira, apresenta-se a palavra *crítica* articulada às concepções teóricas da Análise Crítica do Discurso (ACD), com base em Chouliaraki e Fairclough (1999), em diálogo com a leitura de Freire (2014) e outros autores. O segundo momento da discussão está ancorado na explicitação dos fundamentos metodológicos que orientarão a análise de uma notícia publicada pela revista *Carta Capital*, considerando a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) como método de análise linguística dos fenômenos sociais em três dimensões: *análise do texto*, *análise das práticas discursivas* e *análise das práticas sociais* na construção de discursos assimétricos de poder. A terceira etapa do artigo contempla a análise da notícia *Os trabalhadores querem menos direitos e mais trabalho, diz Bolsonaro*, com a qual é possível construir um olhar crítico sobre as práticas de linguagem acionadas no texto jornalístico que, de certo modo, agem em favor do discurso dominante, naturalizando assimetrias sociais.

No contexto social atual, de vasta proliferação de *fake news* e desinformação, de perdas de direitos e tantos outros retrocessos no que tange às garantias fundamentais/constitucionais da liberdade de pensamento e do acesso ao contraditório, torna-se fundamental discutir o sentido da crítica, do ser crítico e suas implicações nas práticas sociais. Entende-se, portanto, que a individualidade tem a ver com a prática social de que se toma parte e com a posição que nela se ocupa (FREIRE, 2013, 2014; GIROUX, 2013). Da mesma forma, a coletividade também depende da consciência crítica do sujeito, de sua tomada de posição no mundo e na vida, já que as subjetividades não são apenas atos individuais, mas também políticos (por isso, críticos).

A partir desse pensamento, o objetivo da discussão desenvolvida aqui é o de discutir sobre o sentido da palavra crítica em tempos de modernidade tardia, quando um período de transformações econômicas, culturais e sociais profundas afetam as relações entre as pessoas em escala global, devido ao acirramento das políticas de globalização, com a valorização de ideologias dominantes sobre grupos minoritários. Nesse sentido, essa abordagem defende a acepção de crítica enquanto processo de emancipação dos sujeitos com vias ao empoderamento e às mudanças sociais e, como forma de exemplificação, analisa práticas

discursivas produzidas em uma notícia publicada no *site* da revista *Carta Capital*, em outubro de 2019.

2 Crítica e os fundamentos teóricos da ACD

Neste artigo, a leitura do termo *crítica* está circunscrita a um posicionamento contra-hegemônico, sobretudo quando se refere ao papel do jornalismo no que diz respeito à informação, em defesa de uma sociedade menos desigual. Para Bonini (2013), ao termo crítica deve-se, ainda, associar à leitura de *práxis*: “O reconhecimento [do] embate [de classes e grupos sociais] e o posicionamento frente a ele em uma perspectiva libertadora são condições necessárias para a existência da prática crítica, do debate e da construção coletiva do porvir” (BONINI, 2013, apud SILVA JÚNIOR, 2017, p. 72). Já Fairclough (2008, p. 28) destaca que “‘crítico’ implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”.

Berthoff, ao se referir à leitura do termo *crítica* proposto por Paulo Freire, diz que crítica “significa sempre interpretar a própria interpretação, repensar os contextos, desenvolver múltiplas definições e tolerar ambiguidades, de modo que se possa aprender a partir da tentativa de resolvê-las” (BERTHOFF, 2013, p. 23). Nessa abordagem, “a consciência do mundo se constitui na relação com o mundo; não é um ato apenas individual, mas econômico, cultural, político e também pedagógico” (FREIRE apud BORGES JÚNIOR, 2015, p. 304-305).

Ainda é possível citar Bhaskar (2009 apud SILVA JÚNIOR, p. 42), no que se refere a um estudo que apresente o caráter crítico/emancipatório. Na interpretação do autor, a abordagem é crítica quando parte do interior da sociedade estudada e é capaz de provocar/apontar mudanças nela. Em *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire (2014) nos orienta quanto à necessidade de uma permanente atitude crítica do homem para que ele realize sua vocação natural de *integrar-se*, “superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 2014, p. 61). Para o autor, “a tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela *publicidade organizada* [...] e, por isso, vem renunciando cada vez, sem o saber, a sua capacidade de decidir” (FREIRE, 2014, p. 60, grifos nossos).

No contexto da Modernidade Tardia, os modos de produção, distribuição e consumo de bens (materiais, simbólicos, etc.) ocorrem a partir de “relações flexíveis [devido a] um processo acelerado de mudança” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 25). Esse caráter flexível

caracteriza os tempos pós-modernos, possibilitando a produção de bens variados, entre eles o discurso como produto simbólico a ser projetado, distribuído e consumido via mídia.

Mitos dão origem a discursos autoexplicativos, que grupos sociais hegemônicos podem produzir e disseminar, até mesmo personificar com a intenção de dominar as massas. Tais discursos alcançam ampla visibilidade nas mídias, sobretudo nas mídias digitais (grupos de mensagens, redes sociais, canais em plataformas, por exemplo), onde as pessoas disseminam ideologias que estimulam outros indivíduos a se mobilizarem na defesa de interesses dominantes, mesmo pertencendo a classes sociais subalternas.

Essas práticas mantêm inalteradas as relações de poder, reforçando a assimetria entre grupos historicamente constituídos. A tragédia, portanto, não consistiria apenas em ser dominado pelos mitos, conforme afirmou Freire (2014), mas também em construir mitos com o propósito único de ser dominado por eles. Soma-se a esse contexto, o uso das mídias não só para garantir a visibilidade que os grupos dominantes precisam para disseminar suas ideologias, tornando-as cada vez mais líquidas, como também para monitorar os indivíduos contrários a tais concepções. Tal panorama requer uma reflexão que aponte para a crítica social, cujo resultado seja o de libertação das mentes (FREIRE, 2014), isto é, a tomada de consciência, que de modo algum ocorrerá com a ignorância do sujeito acerca de sua própria condição social.

Em outras palavras, o reconhecimento da própria história, isto é, o autorreconhecimento, é a tomada de consciência que os sujeitos realizam de suas condições sociais (WEFFORT, 2014). Nesse sentido, “o ponto de partida para o trabalho [crítico] está em assumir a liberdade e a crítica como o modo de ser do homem” (WEFFORT, 2014, p. 13). Adotar esse direcionamento, *a priori*, implica em conceber o aprendizado/conhecimento como “um modo de tomar consciência do real, e como tal só pode dar-se dentro desta tomada de consciência” (WEFFORT, 2014, p. 14).

Freire destaca que os sujeitos vêm sendo expulsos de sua capacidade de decisão, passando a reproduzir como seus os pensamentos e as tarefas “apresentadas por uma elite que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição[ões] a ser[em] seguida[s]” (FREIRE, 2014, p. 60). Atitudes corriqueiras de muitas pessoas ao interpretar o trabalho do campo jornalístico na atualidade. Mormente, delega-se ao jornalismo a apreensão e, também, a interpretação dos acontecimentos sociais. Em certas circunstâncias, tanto a apreensão do fenômeno noticioso quanto a leitura que se faz dele são tangenciadas por uma orientação ideológica excludente, assimetricamente desproporcional; aspecto que legitima desigualdades sociais e/ou

processos de marginalização, silenciamentos, representações, etc. Também naturalizam e/ou estabilizam certas práticas discursivas, como se já fizessem parte desses eventos, invisibilizando relações e assimetrias de poder presentes em tais discursos.

Portanto, ao termo crítica, agregam-se muitos sentidos. Crítica também se associa a um modo de ciência específico. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 20, tradução nossa) destacam que o objeto de estudo da ciência social crítica “é a conexão existente entre as esferas da vida social e as atividades de ordem econômica, política e cultural”, que reverberam nas instâncias de poder. Essas relações alcançam todos os campos das atividades humanas em suas práticas sociais. Nesse sentido, a ciência social crítica entende por práticas “hábitos cristalizados, ligados a diferentes tempos e espaços, nos quais as pessoas empregam recursos (materiais ou simbólicos) para atuarem juntas na sociedade. Esses hábitos são constituídos por meio da vida social” (CHOUILIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução nossa) e tendem a ser mantidos, questionados e/ou mudados pela sociedade, mediante processos históricos de lutas e relações de força e poder. O jornalismo, enquanto instituição social, que organiza e dá visibilidade a discursos na forma de acontecimentos, pode contribuir para a manutenção e/ou mudança nas práticas sociais, sobretudo, influenciando no modo de compreender tais práticas, em como significá-las no mundo e na construção/desconstrução das assimetrias de poder.

Chouliaraki e Fairclough (1999) destacam que práticas são pontos de conexão entre “estruturas abstratas” e seus “mecanismos e eventos concretos” entre sociedade e pessoas que vivem seu cotidiano. As práticas interligam elementos e eventos específicos da vida; relaciona-os a muitas outras ações e acontecimentos; articula-os aos incontáveis contextos sociais das atividades humanas. Práticas constituem redes de momentos sociais específicos, interligados a uma série de outros eventos de natureza histórica na vida social.

Ao entender o jornalismo como “um atualizador diário de imagens; um operador que produz e trabalha com imagens de presente, lançando-as em direção a tantas referências, eventos e temporalidades” (SILVA JÚNIOR, 2012, p. 133), pode-se dizer que esse campo das atividades humanas organiza os modos/exercícios do ver em suas práticas cotidianas, por isso deve ser problematizado em seu trabalho com a informação, sobretudo quando tende a reforçar relações de poder e dominação históricas em favor de grupos dominantes.

Conforme Van Dijk (2015, p. 33), os “grupos da elite e as organizações sabem perfeitamente que efeitos sua ‘informação’, sua propaganda e sua publicidade têm sobre o público – caso contrário, não se engajariam na comunicação pública”, tampouco investiriam seus

recursos nela. Portanto, a mídia (o jornalismo) gera lucros (sejam eles ideológicos, financeiros, simbólicos, de poder, etc.) aos investidores do setor (empresários, etc.). Quanto aos aspectos da linguagem que os jornalistas e demais profissionais do campo acionam em seus textos, Fairclough destaca que,

[Na mídia], os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado, o que torna muito mais fácil adotar os seus sentidos. Pode-se considerar que a mídia [...] efetiva seu trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta, [por isso, tal caráter às vezes não é identificado por algumas pessoas] (FAIRCLOUGH, 2008, p. 144).

O poder simbólico e ideológico dos discursos que o campo jornalístico faz circular e projeta socialmente nas mídias é imenso, principalmente em razão da visibilidade que esses discursos apresentam. Nesse sentido, a reflexividade sobre as instituições, no que orientam Chouliaraki e Fairclough (1999), pode ser uma possibilidade para a releitura do trabalho jornalístico, quando ele age no sentido de organizar discursos no contexto social (reforçando ideologias dominantes e/ou tornando-as naturalizadas nas práticas sociais em que ocorrem).

A produção de discursos que reitera ideologias dominantes na mídia de massa e nas demais mídias age no sentido de naturalizar algumas práticas, em detrimento de outras. Tal ação, a longo prazo, pode ser interpretada como se já fosse constitutiva dessas práticas, inerente a elas desde os processos de origem. No entanto, a ideologia dominante, diluída nos processos de interação, altera as relações no interior das práticas, agindo na manutenção do poder em favor das classes hegemônicas, justificando os interesses próprios desses grupos.

A reflexividade, ao construir práticas teóricas que orientam a crítica sobre discussões sociais, também favorece os grupos dominantes quanto às teorias contra-hegemônicas, por exemplo. Ao confrontar perspectivas de mundo e desconstruir os discursos historicamente sedimentados, a reflexividade, indiretamente, também opera para os que estão no poder, pois ela escancara as ações desses grupos, forçando-os a reorganizar seus projetos de dominação – cada vez mais simbólicos nas estruturas sociais. Mesmo assim, o movimento de reflexividade social/institucional é válido, no sentido de empoderar os sujeitos marginalizados e excluídos, para que tomem consciência de si e do mundo, e de si no mundo.

No campo do jornalismo, a reflexividade institucional desconstrói concepções de imparcialidade, objetividade, compromisso com a verdade, etc., que perduraram e ainda têm marcas nas declarações

de empresas e grupos midiáticos dominantes, para isentar (e até mesmo encobrir) suas opções discursivas em favor da dominação das massas. Tais fundamentos, às vezes, são acionados para justificar o compromisso social do jornalismo com a apreensão do acontecimento e a cobertura do fenômeno noticioso, contudo escondem interesses, de ordem cultural, econômica, política e outros, desses grupos dominantes.

3 Incursões teórico-metodológicas

A base metodológica que fundamenta este estudo é constituída a partir dos aportes teóricos da Análise Crítica do Discurso, que tem em Fairclough (2008) seu suporte operacional. Em *Discurso e mudança social*, o autor propõe a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), como proposta de análise linguística dos fenômenos sociais em três dimensões: 1) análise dos textos; 2) análise das práticas discursivas; 3) análise das práticas sociais, considerando aspectos constitutivos do discurso relevantes para o estudo das mudanças sociais.

A ADTO é de base interpretativa, isso quer dizer que a natureza de sua análise é de caráter qualitativo. Essa metodologia tem a materialidade do texto como objeto empírico e o discurso como sentido histórico-social a ser pesquisado. Portanto, a proposta da ADTO consiste em identificar relações assimétricas de poder, constituídas via discurso, tendo a materialidade do texto como corpus a ser analisado.

Lucas Piter Alves Costa (2012) reconhece que Fairclough operacionaliza na ADTO as três dimensões anteriormente citadas. No entanto, para o autor, “essa operação concebe o discurso em um modelo tridimensional, sendo que a análise de um discurso dentro desse modelo se dá de maneira simultânea nas três dimensões, não havendo uma que deva ser obrigatoriamente priorizada em relação à outra”. O estudioso acrescenta: “também não significa que cada dimensão de análise tem seus limites bem definidos, como por exemplo, na análise textual e das práticas discursivas em relação à produção e à recepção textuais” (COSTA, 2012, p. 4). Sob esse prisma, a análise de uma das dimensões reverbera nas outras, e se realiza concomitante a elas.

Ao investigar essas práticas de linguagem, a Análise Crítica do Discurso (ACD) possibilita a construção de aportes teóricos de análise social que evidenciam “o fato de que o exercício da linguagem ocorre no interior do embate de posições de classes e grupos sociais” (BONINI, 2013, p. 109 apud SILVA JÚNIOR, 2017, p. 34). “Essa intervenção crítica dos estudos contribui para a desmistificação dos processos de construção e uso da linguagem no contexto social de

produção da informação, já que eles não se constituem apenas no *hic et nunc* da enunciação, mas no processo histórico de lutas e embates sociais” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 34).

Chouliaraki e Fairclough destacam que as teorias críticas “criam um espaço para a análise do discurso como um elemento fundamental para uma teorização crítica [...], mas desde que elas não sejam especificamente orientadas para a língua, elas não preenchem adequadamente este espaço” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, tradução nossa). Isso quer dizer que “tais estudos não se direcionam especificamente à linguagem em si, mas ao papel que ela e, portanto, também o gênero, desempenham no contexto social [em que estão inseridos] (por exemplo, em práticas de abuso de poder, construção de relações assimétricas, entre outras)” (BORGES JÚNIOR, 2020, p. 4478). A abordagem se torna “relevante porque as mudanças que ocorrem no uso da linguagem e nas próprias práticas sociais se baseiam em discursos e são justificadas por eles” (BORGES JÚNIOR, 2020, p. 4478).

Desse modo, quando se trabalha com ACD, o analista do discurso objetiva tomar parte no processo de construção de uma “consciência transitiva crítica” (cujo caráter é social) mediante deslocamentos e observações no campo da linguagem, capazes de contribuir para a formação de práticas sociais “não românticas” (BONINI, 2013, p. 109 apud SILVA JÚNIOR, 2017, p. 35). São práticas que desmistificam e desconstruem certos usos sociais da linguagem, ressaltando os interesses dos grupos que se orientam ideologicamente, via discurso, com a intenção de construir alguns sentidos, e não outros, no contexto social.

São características importantes da modernidade tardia as mudanças econômicas, sociais e culturais que existem como *discursos* assim como processos que estão situados para além do discurso, ainda que esses processos sejam substancialmente modulados por tais discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, tradução nossa).

Os processos constitutivos das práticas e as práticas resultantes de tais processos são fundamentais para a compreensão das relações sociais. Para que haja alteração no modo como as pessoas compreendem e participam dos eventos sociais, torna-se importante uma visão crítica acerca dos processos, sobretudo com consciência política acerca do mundo, das coisas do mundo, de suas significações e semioses. Uma vez que os processos possibilitam novas formas de agir no mundo e, por outro lado, reiteram práticas que constroem e justificam assimetrias sociais, a identificação do modo específico em que a interação acontece por meio da linguagem, torna-se essencial

para interferir nas práticas em favor das mudanças sociais.

As discussões propostas por Paulo Freire (2013) sobre a emancipação dos sujeitos, participação política, lutas e transformações sociais contribuem com o estudo, ao apontar que, para a emancipação, “a consciência é gerada na prática social de que se participa. Mas tem, também, uma dimensão individual [...] tem a ver diretamente com a prática social de que tomo parte e com a posição que nela ocupo” (FREIRE, 2013, p. 80). Ter clareza do que significa estar nesse lugar é essencial. Um jornalista consciente dos processos linguísticos que aciona em seu texto pode contribuir para mudanças sociais, uma vez que deixa de agenciar (agir, no sentido de reiterar) discursos históricos e assimétricos em suas reportagens, notícias e textos, por exemplo.

Tudo isso é necessário para que o sujeito possa se perceber no mundo. Conforme anteriormente ressaltado, esse processo de percepção é coletivo e social, não depende apenas do indivíduo, pois segundo Freire: “A consciência do mundo constitui-se na relação com o mundo. O mundo enquanto ‘outro’ de mim, possibilita que eu me constitua como ‘eu’ em relação a ‘você’” (FREIRE, 2013, p. 83).

Motta-Roth (2013) compreende a linguagem como um sistema sociossemiótico constituído por práxis sociais. Desse modo, “as pessoas engajam-se em práticas discursivas que são parte de interações situadas em experiências institucionalizadas, culturalmente pertinentes, atravessadas por discursos de ordens diversas” (MOTTA-ROTH, 2013, p. 128). Portanto, compreender as práticas discursivas torna-se crucial para construir o processo de reflexividade, proposto pela ACD, para análise social.

A reflexividade pode ser utilizada de forma emancipatória, mas, como mecanismo do capital, surgiu para assumir a função contrária. Boa parte das responsabilidades que eram das empresas foram repassadas às pessoas, logo se uma empresa não prospera, a culpa pode ser direcionada ao funcionário que não está produzindo o suficiente ou que sua formação é insuficiente para impulsionar o desenvolvimento dos negócios (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 72-73)

Essa perspectiva discursiva tem sido acionada não só por instituições e empresas, mas também por autoridades políticas, para justificar a supremacia do discurso capitalista dominante, tendo o trabalhador (classe operária) que arcar com o ônus das crises pelas quais a economia mundial passa. A notícia que será analisada na próxima seção evidencia essa problemática.

No campo crítico, a modernidade tardia é vista como uma etapa de acirramento das desigualdades com uma profunda dominação ideológica e massificação do pensamento (MEURER, 2004 apud

SILVA JÚNIOR, 2017, p. 73). Essa fase traz o momento do discurso como um momento das práticas sociais que surge para desalinhar ou reforçar formas hegemônicas de dominação. Entender o discurso como um dos momentos das práticas implica compreendê-lo em relação a outros momentos. Cada significado produzido “deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas linguísticas” (MEURER, 2004, p. 135 apud SILVA JÚNIOR, 2017, p. 73), e não como fatores isolados. A seção de análise articula essas questões.

4 Análise textualmente orientada

Tendo por base a ADTO, cuja perspectiva metodológica se fundamenta na materialidade textual, isto é, no texto em si, convém articular as três dimensões anteriormente citadas, como aspectos a se considerar: 1) análise do texto; 2) análise das práticas discursivas; 3) análise das práticas sociais, considerando os sentidos produzidos pelo discurso evidenciado na notícia.

“Discursos e práticas sociais possuem relações estreitas. Eles refletem, representam, constroem e constituem entidades e relações sociais e se associam por uma série de eventos na vida social” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 61). São eventos que se articulam como **modos de agir** (significado acional), **modos de representar** (significado representacional) e como **modos de ser** (significado identificacional) (FAIRCLOUGH, 2008).

Resende e Ramalho (2014), com base em Fairclough (2008), explicam que “o significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona as relações sociais”; enquanto que “o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional” que, por sua vez, “refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 60).

Esses fundamentos orientarão a breve análise da notícia *Os trabalhadores querem menos direitos e mais trabalho, diz Bolsonaro*, publicada no site da revista *Carta Capital*, em 26 de outubro de 2019. O discurso dominante, presente no texto da notícia, será problematizado nos seguintes aspectos: 1) a usurpação do lugar discursivo do trabalhador; 2) a valorização do discurso institucional; 3) o silenciamento das fontes e do contraditório. A publicação pode ser lida a seguir.

Imagem 1: Print da notícia no site Carta Capital



Fonte: www.cartacapital.com.br

O presidente falou que o governo pensa um plano de empregabilidade para pessoas com até 29 anos de idade e acima de 55

O governo Bolsonaro sinalizou que está discutindo ações para a criação de empregos. Em entrevista coletiva cedida em Pequim, o presidente declarou que vem sentindo dos trabalhadores que eles preferem “menos direitos e mais postos de trabalho”.

“O pessoal sempre fala em direito, direito, direito... E esquece deveres. O que eu ‘tô’ sentindo por parte do trabalhador — não sou eu, é que eles querem... [Os trabalhadores] já falam: ‘Se for possível, menos direito e [mais] emprego’”, declarou.

Ele não deu detalhes de quais direitos poderiam ser cortados, mas adiantou que há um plano de estímulo à empregabilidade voltado para pessoas com até 29 anos de idade e acima de 55. O ministro da economia, Paulo Guedes, também afirmou que essa será a agenda econômica e que a proposta precisa ser validada com o presidente, e que a pretensão é enviá-la ao Congresso já em novembro.

O plano ainda deve modificar a questão da estabilidade

de carreira para novos servidores públicos. O presidente adiantou que novos contratados não terão garantia de permanência no emprego depois de três anos, como define hoje a Lei 8.112, que rege o serviço público federal (CARTA CAPITAL, 2019, s/p).

A revista *Carta Capital* é um periódico semanal, cuja linha editorial manifesta-se produtora de “jornalismo crítico e transparente”, publicando “notícias sobre política, economia e sociedade com viés progressista” (CARTACAPITAL, *site*). Por conta desse posicionamento de natureza política, espera-se que a revista assumira um lugar crítico na produção de conteúdo e na cobertura dos acontecimentos. No entanto, na notícia *Os trabalhadores querem menos direitos e mais trabalho, diz Bolsonaro*, publicada no *site* da revista eletrônica, não foi possível notar a abordagem crítica quanto ao acontecimento.

A informação pode ser problematizada em pelo menos três aspectos relativos à cobertura realizada pelo periódico. O primeiro ponto concerne ao *não questionamento da declaração do presidente, que usurpa o lugar discursivo do trabalhador brasileiro*, manifestando que a classe prefere “menos direitos e mais postos de trabalho”. A prática discursiva evidenciada na materialidade textual da notícia corrobora para a manutenção do poder e das relações sociais desiguais entre patrão e empregado. Tal aspecto se torna compreensível nas seguintes passagens: “o presidente declarou que vem sentindo dos trabalhadores que eles preferem ‘menos direitos e mais postos de trabalho’”; e também em “O pessoal sempre fala em direito, direito, direito... E esquece deveres. O que eu ‘tô’ sentindo por parte do trabalhador — não sou eu, é que eles querem... [Os trabalhadores] já falam: ‘Se for possível, menos direito e [mais] emprego’”, declarou.

A prática discursiva que usurpa o lugar do trabalhador é evidenciada pelo discurso indireto, quando a revista constrói o mote para incluir a declaração *ipsis litteris* do presidente. Nota-se o recorrente uso de verbos como fundamentos discursivos acionais para falar em nome do outro, que está ausente da interação discursiva, materializados nos verbos *declarou* e *preferem*, bem como na locução verbal *vem sentindo*. Além disso, os trabalhadores são citados na *predicação indireta* da locução verbal, visto não terem voz direta no texto noticioso.

A usurpação tem seu clímax enunciativo quando citada com o uso das aspas, demonstrando o posicionamento discursivo direto do enunciador, como se falasse pelos trabalhadores brasileiros. Essa prática discursiva – a de falar em nome do outro – corrobora para o silenciamento das vozes no texto jornalístico, sobretudo da que permitiria o contraditório ao discurso dominante, isto é, a fala do trabalhador. O enunciado direto *‘menos direitos e mais postos de*

trabalho’, proferido pelo declarante, identifica perdas de direitos para a classe trabalhadora, enquanto constrói a promessa de mais postos de trabalho, o que permite aludir que só haverá mais postos de trabalho quando houver menos direitos aos trabalhadores.

Na notícia, é possível identificar que os direitos dos trabalhadores são vistos como um problema a ser resolvido, aspecto que causa uma tensão no discurso. A tríplice repetição da palavra *direito* na declaração, quando se diz “*O pessoal sempre fala em direito, direito, direito... E esquece deveres*”, pode ser entendida como um aspecto negativo à geração de mais postos de trabalho. O contraste *direito versus deveres* é utilizado como prerrogativa para a perda de direitos, notadamente com a sobreposição dos deveres em relação ao primeiro. Pode-se somar à discussão, a opinião manifestada pela autoridade que fala, isto é, a declaração de um Presidente da República, quando expressa, em primeira pessoa: “*O que eu ‘tô’ sentindo por parte do trabalhador — não sou eu, é que eles querem... [Os trabalhadores] já falam: ‘Se for possível, menos direito e [mais] emprego’*”.

Essa prática discursiva, de se incluir como discurso de autoridade e depois se isentar delegando ao outro a decisão de perder direitos, resulta em ato enunciativo consciente, que contribui para a manutenção de relações sociais assimétricas, entre dominantes e dominados, no contexto social. Afinal, quem, em sua consciência, quer menos direitos para poder trabalhar, sendo cada vez mais explorado? Contrário a isso, quer-se ter trabalho e garantia de direitos. No entanto, o discurso usurpador assume o lugar do outro para decidir por ele, sem concedê-lo o turno de fala, silenciado na notícia pela atividade jornalística de não apresentar o contraditório, o discurso do trabalhador. Esse aspecto pode ser analisado em: “*não sou eu, é que eles querem...*”; “*Se for possível, menos direito e [mais] emprego*”. Em ambos os enunciados, o discurso do trabalhador é usurpado e construído de modo indireto, ou seja, o sujeito que deveria ser agente do ato enunciativo se torna paciente a ele. Ao invés de praticar a ação, o sujeito sofre o resultado dela. Aqui está em pauta o poder de decisão. O trabalhador apenas aceitaria a decisão de perder direitos.

O segundo aspecto a ser observado quanto à notícia consiste na valoração do discurso institucional. Nota-se que o texto jornalístico não contrasta o discurso oficial, nem mesmo com a fala de outra fonte, por exemplo, a declaração de um trabalhador contrário à perda de direitos e à falta de empregos. A ausência do contradiscurso impossibilita a pluralidade de vozes sobre o acontecimento, tampouco garante o direito ao contraditório, tão fundamental ao jornalismo. A predominância do discurso institucional pode ser observado nos trechos: “*O governo Bolsonaro sinalizou que está discutindo ações para a criação de empregos*”; “*o presidente declarou que vem*

sentindo dos trabalhadores que eles preferem ‘menos direitos e mais postos de trabalho’”; “O ministro da economia, Paulo Guedes, também afirmou que essa será a agenda econômica e que a proposta precisa ser validada com o presidente, e que a pretensão é enviá-la ao Congresso já em novembro”; “O presidente adiantou que novos contratados não terão garantia de permanência no emprego”.

As marcações em negrito ilustram a ênfase dada na notícia ao discurso institucional, que é representada por termos que reforçam a presença/imagem/alusão do/ao Estado: *governo, Bolsonaro, presidente, ministro da economia, Paulo Guedes, agenda econômica e Congresso* no campo dos substantivos (como seres de significação do/no mundo); a presença de verbos dicendi se torna evidente no texto jornalístico, como *sinalizou, declarou, afirmou e adiantou*, equivalendo a decisões já realizadas; nota-se também o recorrente uso de locuções verbais com o intuito de demonstrar que o governo não está de braços cruzados, que estaria trabalhando/agindo para garantir menos direitos, como se observa em *está discutindo, vem sentindo* (no presente), *precisa ser validada* e *é enviá-la* (com ideia de futuro, mas com contexto impreciso/incerto); já os verbos conjugados no futuro são associados à suposta criação de novos postos de trabalho/mais emprego, exemplificados em *será, não terão* – significando o adiamento da criação de emprego, submetendo-o, primeiramente, à perda de direitos. Nesse contexto, as declarações feitas pelo presidente e reproduzidas no texto jornalístico representa a legitimação do discurso dominante na voz de representantes do Estado.

A notícia poderia apresentar divergência discursiva, valendo-se de vozes contrárias à fala do presidente, já que o jornalismo de *Carta Capital* se intitula crítico. Nesse sentido, confrontar-se-ia o discurso dominante, quando o texto jornalístico destaca que “Ele [o presidente] não deu detalhes de quais direitos poderiam ser cortados”, no entanto a publicação se isenta desse papel. Ao apresentar apenas um dos lados da informação, compromete-se o princípio do jornalismo quanto à igualdade no tratamento dos fatos, reverberando em questões de natureza ética e igualitária. A representação do outro no texto jornalístico deve ser direta enquanto personagem e fonte. Tornar a alteridade apenas um discurso indireto, invisibilizar ou usurpar o lugar que ele deveria ocupar no turno de fala é um ato que fere princípios democráticos do jornalismo, operando no sentido da dominação, do discurso hegemônico, da manutenção do poder e das assimetrias sociais.

A valoração do discurso institucional reverbera diretamente no terceiro aspecto, quando o posicionamento adotado no texto jornalístico representa apenas um dos lados da informação. Dito isso, a ausência de fontes que permitiriam o contraditório à fala do Presidente torna a

notícia tendenciosa, visto o silenciamento e o direito ao contraditório. Um jornalismo que se apresenta crítico não deveria se furtar a esse aspecto elementar na cobertura do fenômeno noticioso. Como foi possível observar no texto da notícia, apenas o discurso institucional teve voz. A fala da classe trabalhadora foi silenciada, inclusive com o discurso dominante assumindo o lugar de enunciação do trabalhador. A notícia negligenciou a pluralidade de vozes que o jornalismo crítico deveria assegurar, no sentido de favorecer o empoderamento das massas (FREIRE, 2013; GIROUX, 2013; FREIRE, 2014).

5 Ancoragens finais

A leitura do termo *crítica* defendida ao longo deste artigo requer o compromisso com os processos de mudanças sociais. Ante a este desafio, há que se investir no empoderamento e no desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos situados às margens dos discursos dominantes. A luta de classes produz assimetrias, injustiças e desigualdades que se evidenciam nos mais diferentes contextos, instituições e práticas sociais. Essas relações tendem a ser reforçadas/naturalizadas por meio da linguagem, sobretudo quando tais recorrências ocorrem na dimensão simbólica, isto é, nas zonas implícitas e/ou subtendidas da organização dos sentidos, a ponto de torná-las comuns e cotidianas.

Consciente de que todo uso da linguagem *é/está* permeado por posições e discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) e que grupos dominantes se valem da linguagem e dos espaços sociais midiáticos privilegiados para disseminar suas próprias ideologias, faz-se importante questionar a legitimidade de certos discursos produzidos e publicados nos meios de comunicação, como uma forma mitigar as dissonâncias históricas construídas com a exploração das classes desfavorecidas. A ACD contribui com esse processo, ao evidenciar que o discurso dominante *é* a ideologia dos grupos dominantes, retroalimentada e constituída no percurso histórico de embates sociais.

O fazer jornalístico deveria estar comprometido com a natureza deontológica do jornalismo – a que valoriza a igualdade de direitos para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. No entanto, há que se cortar na própria carne quando fundamentos como a pluralidade de vozes e o direito ao contraditório não são garantidos nos textos publicados, sobretudo quando se representa apenas a voz de grupos dominantes, como se a porta-voz do poder falasse em nome de todos. Nesses momentos, o jornalismo *é* a representação do discurso dominante e opressor.

Quando age de outro modo, o jornalismo pode contribuir com a

democracia na construção de uma consciência social-crítica acerca dos *conflitos de interesses* e de *poder* que circunscrevem o espaço público. Esses conflitos reverberam em questões de linguagem, e a linguagem se consolida enquanto um momento específico das relações humanas, no qual é possível reconhecer processos de mudanças sociais, visto que a linguagem organiza e reorganiza as práticas sociais. O jornalismo pode contribuir para a formação crítica dos sujeitos ao confrontar diferentes perspectivas, pensamentos e posições discursivas no espaço social. Ao atentar para essa questão, este estudo provoca um olhar consciente para as práticas sociais de uso da linguagem em textos jornalísticos, no que se refere aos processos de emancipação e empoderamento dos sujeitos, no tocante à manutenção das relações de dominação e/ou mudanças sociais para uma formação crítica dos sujeitos.

Referências

BERTHOFF, A. E. Prefácio. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

BORGES JÚNIOR, C. O programa eleitoral em um plebiscito de divisão do estado do Pará e o uso do discurso patriótico para a construção simbólica do território e dos agentes envolvidos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 4474-4491, abr. 2020. ISSN 1984-8412. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2020v17n1p4474/43117>>. Acesso em: 5 mai. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020v17n1p4474>.

_____. Resenha. **Educar em revista**. Curitiba, n. 57, set. 2015. p. 303-310. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000300303&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41996>.

CARTA CAPITAL. **Os trabalhadores querem menos direitos e mais trabalho, diz Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-trabalhadores-querem-menos-direitos-e-mais-trabalho-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. 168 p.

COSTA, L. P. A. A ADC Faircloughiana: concepções e reflexões. In.

Linguagem. V. 20. out. – dez, 2012. Disponível em: <<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/ensaios/003.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 316 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 38ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Repensando a alfabetização: um diálogo. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIROUX, H. A. Alfabetização e a pedagogia do *empowerment* político. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LEÃO, E. C. **Aprendendo a pensar**. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 164.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros com foco em notícias de popularização da ciência. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. **Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística**. Florianópolis: Insular, 2013.

ORIGEM DA PALAVRA. **Crítica**. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/pergunta/critica/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA JÚNIOR, C. B. **Relações de Dominação em programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará**. 2017. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PLLG0699-T.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

_____. **A sobrevivência das imagens de Amazônia na literatura e no jornalismo de revista**. 2012. 173 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0031-D.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015. 281p.

WEFFORT, F. C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 38ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RECEBIDO EM: 12/05/2020 ACEITO EM: 23/07/2020